



O CR avalia o progresso dos países candidatos à adesão à UE, salientando o papel dos órgãos do poder regional e local no processo de adesão

Os representantes eleitos a nível local e regional na Europa preveniram contra o encerramento das portas da UE aos países candidatos, mas reclamaram mais reformas concretas. Ao adoptar dois pareceres sobre a estratégia de alargamento da UE, os membros do Comité das Regiões (CR), reunidos na sua plenária bimensal em 17 e 18 de Junho, também fizeram um importante apelo à descentralização nos países candidatos e potencialmente candidatos: já que a maioria da legislação comunitária é aplicada pelas autarquias locais e pelas regiões, estas são fundamentais para acelerar a preparação desses países para a adesão. Importa reconhecer o papel fulcral do poder local e regional no processo de adesão e reforçar as suas capacidades em consequência.

O [parecer do CR sobre a estratégia de alargamento para os países candidatos](#) foi elaborado por **Jasmina Vidmar** (SI/ALDE), vereadora municipal de Maribor e secretária-geral da Associação de Cidades e Municípios da Eslovénia. Cinco anos após a adesão do seu país à UE, J. Vidmar sublinha "a importância dos processos de alargamento para o desenvolvimento estável e democrático dos países candidatos". Embora manifeste o seu total apoio às medidas e reformas aplicadas pelos países candidatos para satisfazer os critérios de adesão, o parecer também chama a atenção para a necessidade de mais reformas para preparar esses países a aderir à UE. As autarquias locais e as regiões tinham um papel fundamental a representar nesse processo: era necessário "envolver os órgãos de poder local e regional e as suas associações no processo de adesão logo desde o início; graças aos seus conhecimentos e experiência podem trazer um novo valor acrescentado ao processo de alargamento". O processo de descentralização precisava de ser acelerado e promovido através da concessão de mais recursos financeiros e administrativos.

Recomendações do CR aos países candidatos

O CR recomenda que os países candidatos acelerem a **transposição da legislação comunitária** para os seus regimes jurídicos. Insiste sobretudo na aplicação quanto antes do Regulamento (CE) n.º 1082/2006 relativo aos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) por todos os países candidatos, o que permitirá reforçar a cooperação transfronteiriça entre as regiões e autarquias locais desses países e da UE. Essa cooperação terá rapidamente um efeito positivo sobre os diferentes processos de adesão.

Croácia

O CR louva os progressos globais efectuados pela **Croácia** na adopção e execução das reformas, mas salienta igualmente que o país deve aumentar os seus esforços para reformar o sistema judicial, combater a corrupção e o crime organizado, salvaguardar os direitos das minorias através de mais recursos financeiros e administrativos para fomentar a integração a nível regional e local, apoiar o regresso de refugiados e cooperar com o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia.

Antiga República Jugoslava da Macedónia

O Comité regista o fracasso da **Antiga República Jugoslava da Macedónia** na sua tentativa de satisfazer os critérios políticos de adesão à UE. Salienta expressamente a ausência de mais progressos relativos aos direitos da comunidade romani e destaca os casos sucessivos de discriminação contra essa comunidade. No domínio da igualdade entre homens e mulheres, o CR saúda a criação de comissões para a igualdade de oportunidades em numerosos órgãos de poder local. Apela, contudo, a mais esforços no sentido de combater a corrupção, evitar a violência familiar e sexual, reduzir a discriminação e assegurar uma participação mais equitativa nas eleições.

Turquia

Quanto à **Turquia**, o CR espera que sejam elaboradas reformas políticas e constitucionais eficazes que aproximem cada vez mais o país dos padrões internacionais e europeus e salienta que os progressos alcançados no combate à corrupção e ao crime organizado foram bastante limitados. Mais importante, o CR lamenta que os padrões comunitários sobre a diversidade cultural e religiosa, o respeito e a protecção das minorias e a igualdade das mulheres na prática política não tenham sido inteiramente satisfeitos e recorda que são necessárias medidas jurídicas e práticas adequadas.

No tocante ao papel das autarquias e das regiões, o CR regozija-se com o reforço das capacidades financeiras dos municípios mas entende que os conselhos municipais devem ser dotadas de recursos para poderem agir mais eficazmente enquanto plataformas de participação dos cidadãos nas decisões a nível local.

Por último, o Comité recorda que a solução global para a questão cipriota, baseada nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nos princípios fundadores da União Europeia, é uma condição obrigatória para a adesão da Turquia.

O CR exorta os Balcãs Ocidentais a adoptar os valores europeus

Na reunião plenária do CR também foi adoptado um outro [parecer, sobre a estratégia de alargamento para os países potencialmente candidatos](#), elaborado por Gordon Keymer, membro da Câmara do Distrito de Tandridge (UK/PPE – [mensagem vídeo](#)). O relator chama a atenção para a contradição entre a promoção dos contactos interpessoais e a aplicação de regimes de vistos extremamente rigorosos e "apela a que a Comissão suprima o mais rapidamente possível esses regimes de vistos para os países que mais progressos tenham feito no cumprimento dos critérios impostos pelos respectivos roteiros". Anima ainda "todos os países implicados a empenharem-se mais activamente na aceitação dos valores europeus, das reformas e do diálogo enquanto meio de reconciliação". Ao instar os países potencialmente candidatos a resolver questões bilaterais, incluindo as disputas territoriais, e a investir no regresso dos refugiados e desalojados, G. Keymer salienta o papel do poder regional e local: "As autarquias locais e as regiões são o nível de governo mais bem posicionado para medidas nesses domínios".

Recomendações do CR aos países potencialmente candidatos (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Kosovo)

No parecer, o CR considera urgente reforçar as capacidades das autarquias locais, das associações do poder local e do Ministério da Administração Pública da **Albânia**. Mais especificamente, o parecer conclui que o funcionamento dos serviços financeiros municipais requer uma atenção particular durante a futura descentralização fiscal, uma vez que a cobrança dos impostos a nível local é bastante limitada. O parecer também considera que a limitada capacidade administrativa das autarquias locais e respectivas associações terá que ser solucionada rapidamente pelo governo do **Montenegro**.

Quanto à Bósnia-Herzegovina, o parecer lamenta a falta de comunicação entre os governos das duas entidades sobre aspectos ligados à adesão à UE, o que tem afectado o ritmo das reformas e dificultado uma boa divulgação da informação junto dos governos locais. O CR convida a **Sérvia** a prosseguir na via da descentralização e, sobretudo, a resolver o problema da propriedade municipal. Actualmente, as autarquias locais da Sérvia não são proprietárias dos seus bens. No caso do **Kosovo** (em conformidade com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU), o CR apela a mais actividades de promoção da confiança entre os diferentes grupos étnicos e a mais incentivos a participar nos processos locais de decisão.

Notas aos editores:

O Comité das Regiões acompanha os progressos dos países candidatos e auxilia as autarquias locais e as regiões desses países no processo de adesão através de diferentes organismos e grupos de trabalho:

- Grupo de Trabalho para os Balcãs Ocidentais, presidido por Jos Chabert (BE/PPE)
- Grupo de Trabalho para a Croácia, presidido por Isidoro Gottardo (IT/PPE) – [mensagem vídeo](#)
- Grupo de Trabalho para as relações com a Turquia, presidido por Karl-Heinz Klär (DE/PSE) – [mensagem vídeo](#)

Comité Consultivo Misto com a Antiga República Jugoslava da Macedónia, co-presidido por Dimitir Buzlevsky, presidente da Câmara de Resen, e Bødker Andersen (DK/PSE) – [mensagem vídeo](#)

Visite o sítio Internet do CR: www.cor.europa.eu

O Comité das Regiões

Cerca de dois terços da legislação da UE são aplicados pelos poderes locais e regionais dos Estados-Membros. O Comité das Regiões foi criado em 1994 para permitir aos representantes do governo local exprimir os seus pontos de vista sobre o conteúdo daquela legislação. O CR realiza anualmente cinco reuniões plenárias, nas quais os 344 membros aprovam pareceres sobre as propostas legislativas. A Comissão Europeia, que tem a iniciativa da legislação comunitária, e o Conselho, que determina o conteúdo final desta legislação (normalmente em conjunto com o Parlamento Europeu), consultam o CR sobre um amplo leque de domínios políticos, nomeadamente ambiente, emprego e transportes. O Tratado de Lisboa reforçará o papel do CR. No futuro, o Parlamento Europeu terá de ouvir o CR sobre todos os temas relevantes para as regiões e os municípios. Além disso, o CR poderá ainda recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia, caso veja os seus direitos violados ou entenda que um acto comunitário não respeita o princípio da subsidiariedade ou as competências do poder regional ou local.

Para mais informações, contactar:

Michael Alfons

Tel.: +32 (0)2 546 85 59

Michael.Alfons@cor.europa.eu

Chris Jones

Tel.: + 32 (0)2 546 87 51

christopher.jones@cor.europa.eu

Athénais Cazalis de Fondouce

Tel.: + 32 (0)2 282 24 47

Athenais.CazalisdeFondouce@cor.europa.eu

Os comunicados de imprensa do CR podem ser consultados [aqui](#).